

8 de março de 2016

O Dia Internacional da Mulher e as nossas lutas

Os números ainda navegam em sentido contrário: em média, as mulheres ganham menos, trabalham em condições menos favoráveis, sofrem mais com o desemprego.

Mas também têm avanços a comemorar. Hoje, ocupam praticamente a metade do mercado de trabalho e não se furtam à luta! O mesmo capitalismo que as explora e faz da discriminação um instrumento de ganhos extras, contraditoriamente as agrupa enquanto trabalhadoras, o que lhes traz as condições para se organizarem e lutarem!

Mulher X mercado de trabalho

De acordo com pesquisa recém divulgada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), as mulheres representam 45,9% da força de trabalho nacional. Em média, segundo dados consolidados em 2014, elas ganham, 73,7% do salário dos homens no Brasil.

Enganam-se os que atribuem esse desnível à falta de experiência profissional ou ao nível de educação das trabalhadoras. Outra pesquisa – o relatório *Education at a Glance*, publicado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) – mostra que a proporção de brasileiras com títulos acadêmicos de nível superior é maior que a de homens: elas são 12%, enquanto eles são 10%.

Ambas as pesquisas refletem a discriminação de gênero que ainda permeia o mercado de trabalho no Brasil, embora a Constituição Federal seja explícita ao prever direitos iguais para homens e mulheres.



No serviço público

No serviço público, formalmente os salários são iguais para homens e mulheres. No entanto, a discriminação ocorre de modo mais sutil. Não raro, eles têm maiores oportunidades de ascensão na carreira, na indicação para postos de confiança etc.

Na luta, sempre!

O Sintunesp parabeniza as companheiras pela passagem de seu dia. O Sindicato seguirá organizando a categoria como um todo, em defesa de melhores salários e condições de vida, por um ensino público, gratuito e de qualidade para todos! E seguirá contribuindo, também, pela igualdade entre homens e mulheres e pela superação de todas as desigualdades e discriminações na sociedade!

O Sintunesp parabeniza as companheiras da Unesp pelo Dia Internacional da Mulher!



Um pouco de história: As origens do 8 de Março

As origens do 8 de Março têm relação direta com as lutas da mulher, mais especificamente das operárias têxteis de Nova York. Em 1857, elas protagonizaram uma greve que durou semanas e que foi duramente reprimida pelos patrões e pela polícia. Esta greve é comumente confundida com um outro episódio protagonizado pelas operárias novaiorquinas, em 1911, quando um trágico incêndio na fábrica de roupas Triangle matou mais de 100 mulheres.

A greve de 1857 é considerada o pontapé inicial num conjunto de lutas femininas que ganharia grandes proporções no início do século 20. Ela foi a primeira a levantar várias reivindicações num



momento em que as mulheres começavam a ingressar mais nitidamente no mercado de trabalho e a sofrer com a superexploração capitalista.

Nos Estados Unidos e em vários países, a greve de 1857 começou a ser lembrada no final de fevereiro ou início de março dos anos seguintes, impulsionando novas mobilizações e atos públicos. Em 1907, no dia 8 de março, operárias e mulheres socialistas de Nova York convocaram a

“Marcha da fome”, para lembrar 1857 e reivindicar a diminuição da jornada de trabalho para 10 horas, melhores salários e condições de trabalho. Também é neste ano que o Partido Socialista Norte-Americano cria um comitê de mulheres pelo direito ao voto – o sufrágio feminino – somando este aspecto mais geral às reivindicações econômicas.

Em 1910, durante o II Congresso Internacional das Mulheres Socialistas, realizado na Dinamarca, Clara Zetkin, militante do Partido Social Democrata Alemão e editora do jornal partidário *Igualdade*, propôs que se estabelecesse um dia para marcar a luta mundial das mulheres. Assim, o 8 de Março foi aprovado como Dia Internacional da Mulher.

Destas sementes históricas, brotaram várias conquistas, como a melhoria das condições de trabalho da mulher, a inserção de benefícios (como o seguro-maternidade) e a conquista do sufrágio universal.

O primeiro país a garantir o direito ao voto para as mulheres foi a Nova Zelândia, em 1893. Em seguida, veio a Austrália, em 1902. Nos Estados Unidos, o direito foi sendo implantado em alguns estados, até que, em 1920, a luta das mulheres conseguiu estendê-lo a todo o país. Na França, apesar de “igualdade” estar entre os lemas da Revolução Francesa, a mulher só conseguiu votar a partir de 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, a conquista do sufrágio feminino consolidou-se no dia 24 de fevereiro de 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, com a promulgação de um novo Código Eleitoral. A primeira deputada estadual eleita pelo voto popular foi Maria do Céu Fernandes, no Rio Grande do Norte, em 1935.

